

Epistemologia Feminista

Janyne Sattler

Dentre as inúmeras contribuições do feminismo para o repensar da história da filosofia e da atividade filosófica como tal, a epistemologia feminista é talvez a mais radical e a mais desestabilizadora da nossa linguagem teórica tomada em sua acepção canônica. Porque está em jogo aqui a nossa própria prática conceitual e sua concomitante percepção do mundo real – mas também do mundo social, moral e político. Ao questionar as bases daquilo que se considera como um dos núcleos fundamentais para a atividade filosófica “propriamente dita”, a epistemologia feminista responde de certa forma à conhecida acusação de que “fazer feminismo” não é “fazer filosofia”. Mas não apenas por tratar de questões tradicionais – consideradas, portanto, como “legítimas” – da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência, como também por mostrar que tais questões não estão elas mesmas isentas de um viés social e político (ainda que invisível porque institucionalizado). O que sempre passou por “fazer filosofia” pode muito bem ter sido sempre um “fazer a política” do interesse dominante.

Embora um diagnóstico de fundo seja compartilhado pela maior parte das autoras, a “epistemologia feminista” é plural em suas vertentes propositivas e alternativas metodológicas, o que nos justificaria o emprego de “epistemologias feministas” ao invés de sua nomenclatura no singular. Esta é uma ressalva importante para um texto cujo objetivo é uma introdução aos principais tópicos de investigação e às principais abordagens dedicadas a pensar sobre o papel que tem a experiência feminina para as teorias do conhecimento – e seus desdobramentos na filosofia da ciência.¹ Nuances e distinções mais refinadas não poderão, portanto, ser aqui contempladas.

Evidentemente, o ponto de partida para o questionamento em pauta, dado com a “experiência feminina” ou com os “modos femininos de conhecimento”, parece carregar consigo um certo risco de naturalização daquelas diferenças que podem muito bem continuar servindo à manutenção de certos estereótipos ou do próprio padrão filosófico hierárquico – do mencionando interesse dominante – ainda em voga.

¹ Embora a temática deste texto não se debruce especificamente sobre a filosofia da ciência, várias das questões referentes à epistemologia feminista servem também como arcabouço para o questionamento das metodologias científicas hegemonicamente masculinas e brancas. Alguns exemplos abaixo provêm essencialmente das ciências, no entanto, eu tratarei de modo intercambiável (correndo alguns riscos quanto a generalizações) as questões epistemológicas de fundo como compartilhadas tanto pela metodologia epistemológico-filosófica quanto pela metodologia científica.

Afinal, a desqualificação do “feminino” sempre favoreceu uma leitura autoritária de toda e qualquer teoria que pretendesse concorrer com os critérios gerais de justificação constituintes da teoria do conhecimento. No entanto, esta preocupação desconsidera a crítica profunda assim iniciada quanto à própria possibilidade de generalização, universalização e objetividade como os padrões necessários da justificação. Do sentimento de exclusão da experiência feminina das abordagens epistemológicas tradicionais, as feministas passam ao questionamento radical da posição de justificação epistêmica ela mesma: também a suposta ‘generalidade’ e ‘neutralidade’ é contextual, situada e informada pelo status do sujeito epistêmico – um sujeito masculino, branco e heterossexual, em geral americano ou europeu, em detrimento de todos os outros, – pelo privilégio outorgado a estes conceitos em detrimento de outros – como o de ‘corporificação’ ou de ‘emoção’, por exemplo – e pela validação de certos valores morais, culturais e até mesmo econômicos – tais como indubitabilidade, independência e sucesso. O que a epistemologia feminista pretende mostrar, portanto, é que também as noções supostamente imparciais da tradição epistemológica estiveram desde o início marcadas pela posição e pelas condições do sujeito cognoscente, e que as investigações filosóficas e científicas supostamente desinteressadas dos pesquisadores são, na verdade, igualmente parciais. No horizonte desta empreitada está, evidentemente, não apenas a legitimação do espaço e do estilo cognitivo das mulheres na pesquisa filosófica, mas também a busca por um conhecimento do mundo e da realidade que possua um padrão mais democrático – com o reconhecimento de que os processos cognitivos ou de produção do conhecimento são inescapavelmente políticos.

No que se segue, eu pretendo abordar os aspectos fundamentais que caracterizam a epistemologia feminista, descrevendo, em primeiro lugar, as críticas centrais dirigidas à tradição normativa androcêntrica e, em segundo lugar, as principais posturas de espectro algo mais propositivo. Sem pretender esgotar as alternativas empreendidas pelas epistemólogas, eu gostaria de salientar alguns dos pontos importantes das correntes mais expressivas neste debate: a teoria feminista da perspectiva [*feminist standpoint theory*], o pós-modernismo feminista [*feminist postmodernism*] e o empirismo feminista [*feminist empiricism*]. Uma grande parte das autoras aí presentes habita o mundo anglo-saxão. É talvez significativo para o contexto filosófico brasileiro que as discussões sobre epistemologia feminista sejam ainda incipientes. Na verdade, uma parte considerável dos debates sobre o assunto é

travada entre historiadoras e estudiosas das questões de gênero em geral,² raramente por filósofas em seus departamentos e áreas de origem. Em que pese a exclusão das mulheres dos corpos docentes universitários em filosofia no Brasil, até que ponto podemos considerar esta lacuna teórica como descaso ou atraso das próprias filósofas?³

Diagnósticos críticos

As questões da epistemologia feminista são informadas por dois pontos de vista complementares: por um lado, aquele que investiga as relações entre sujeito e objeto no ato do conhecimento, por outro lado, aquele que interroga as influências do gênero sobre concepções e práticas epistemológicas. Ao debruçar-se sobre os problemas típicos da teoria do conhecimento com um olhar aguçado pelas opressões percebidas pelos feminismos, a epistemologia feminista não se coloca apenas como mais uma das opções concorrentes entre as vertentes existentes a respeito da natureza da agência, da justificação, da objetividade, da racionalidade e do próprio conhecimento, mas trata estas questões de modo distinto, desde uma perspectiva que poderíamos mesmo chamar de “meta-filosófica”, ao colocar em xeque as demarcações da disciplina como usualmente concebidas. Contra sua suposta abstração e universalidade, trata-se de trazer à luz a interdependência entre a epistemologia e outras áreas da filosofia, tais como a ética e a filosofia política, e o modo complexo como poder e conhecimento são conjuntamente construídos. Trata-se, por isso, não apenas de advogar por uma nova política epistemológica que traga em seu bojo novas configurações sobre a

² O texto *Epistemologia feminista, gênero e história*, de Margareth Rago (1998), nos dá uma boa introdução ao tema em sua área, valendo-se, não obstante, dos nomes mais importantes advindos também da filosofia. Cf. ainda a impressionante coleção dos Cadernos Pagu e da Revista de Estudos Feministas do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, com edições dedicadas à epistemologia na ciências sociais e na história. Um nome importante aqui, além daquele de Michelle Perrot (1984), é o de Joan Scott e seu texto *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica* (1991). – O fato de que as ciências sociais, a história e os estudos de gênero de modo geral façam apelo às epistemologias feministas, para além da reflexão filosófica de base, aponta talvez para algo de crucial a ser devidamente considerado pela filosofia: a necessidade de se pensar interdisciplinarmente mesmo naqueles domínios inicialmente considerados exclusiva e estritamente filosóficos. Esta é uma questão que reaparecerá abaixo no que toca à intervenção política do feminismo sobre a epistemologia.

³ Sobre a ausência das mulheres no espaço filosófico acadêmico atual, ver o pioneiro estudo de Carolina Araújo (2016). A mesma incipiência pode ser estendida à consideração das “epistemologias do sul”. Uma obra de exceção encontra-se, neste caso, em Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009); note-se, no entanto, tratar-se de obra estrangeira e interdisciplinar, sem protagonismo filosófico. No Brasil, fica por ser feito um estudo de cunho epistemológico das categorias propostas, por exemplo, por Lélia Gonzales (1988), para além de outros questionamentos filosófico-conceituais específicos de nossa geografia e cultura.

natureza do conhecimento – que sejam inclusivas relativamente a sujeitos “não-universais” – mas sobretudo de mostrar que o fazer epistemológico esteve desde sempre comprometido com uma certa agenda de valores morais e políticos obscurecidos por seus próprios ideais de neutralidade e imparcialidade. Negar a intervenção e o viés político sobre a produção do conhecimento é, ingênua e miticamente, endossar o lugar social, ético e político a partir do qual se o afirma. E isso significa também, em última instância, refletir sobre os contornos e o estatuto do fazer filosófico ele mesmo ao trazer a prática feminista – como movimento necessariamente político que é – para questionar as antigas assunções filosóficas de imaterialidade e incorporeidade de sua atividade “profissional”. Daí a ideia de uma atitude “meta-filosófica”.

O reconhecimento das influências políticas e ideológicas sobre as concepções e práticas epistemológicas dominantes evidencia as diversas maneiras pelas quais as mulheres (bem como outros grupos marginalizados) são excluídas dos interesses da reflexão filosófica e científica dos pesquisadores e, assim, do próprio fazer investigativo. Que filosofia e ciência sejam áreas tradicionalmente “masculinas” de trabalho não é algo que se deve apenas aos conhecidos obstáculos sociais, econômicos e educativos – oriundos também, evidentemente, da vigência do patriarcado – aos quais estão submetidas as mulheres desde o início da construção dos cânones ocidentais do conhecimento. Acrescenta-se ao fato da subordinação social concreta também uma inferiorização dos seus modos particulares de conhecimento – nunca publicizados, já que sua esfera de ação e experiência é sempre privada; desde aí, igualmente, uma rotulação discordante, já que estes modos femininos de cognição não preenchem os critérios válidos da autoridade epistêmica tais como elencados pelas concepções de racionalidade desencarnada e objetividade distanciada e desinteressada. A experiência cognitiva das mulheres é encarnada, relacional e subjetiva. Claro que podemos questionar a existência de estilos “femininos” de cognição contra estilos “masculinos” – devido ao risco sempre presente de escorregadelas essencialistas e naturalizantes. No entanto, ainda que os modos específicos de conhecimento das mulheres tenham sido construídos cultural e socialmente, é também verdade que ao erigir-se como o critério da autoridade epistêmica o sujeito cognoscente “masculino” (semelhantemente construído), ignora-se e apequena-se características tipicamente associadas à vivência feminina da realidade: situação, contexto, emotividade, corporeidade, interesse, desejo. Traços

igualmente faltantes às reflexões filosóficas – até mesmo em áreas como a ética e a política em que pareceriam imprescindíveis em vista da complexidade e pluralidade das vivências morais e políticas. O corolário dessa exclusão da prática investigativa tanto quanto da exclusão de sua condição de sujeito epistêmico legítimo é a produção de teorias que desconsideram os interesses, atividades e problemas próprios das mulheres, ocultando com isso também a própria problemática das relações de poder baseadas em gênero, já que a suposta generalidade dos processos de produção do conhecimento serve à manutenção de uma reiterada hierarquia que se pretende epistemicamente válida e incontestável.

Obviamente, o diagnóstico de um padrão normativo androcêntrico nas práticas tradicionais de atribuição, aquisição e justificação do conhecimento deve ir além da denúncia política. Até mesmo a explicação sobre a ausência das mulheres nos espaços de reflexão e investigação epistemológica e científica depende de uma análise conceitual cujo desenvolvimento e aperfeiçoamento seja também ele epistemicamente adequado. A diferença para a epistemologia feminista, neste caso, fica por conta de uma nova compreensão e de uma nova significação do que seja ‘adequação’, conceito este agora dependente, por exemplo, de outras categorias analíticas até então ausentes das considerações epistemológicas – ‘gênero’, ‘corpo’, ‘sujeito situado’, ‘saber localizado’ – e que possam resultar no que Teresa de Lauretis chama de “pensamento generificado” ou “conhecimento corporificado” (Lauretis 1993, p.84). Nas palavras de Linda Alcoff e Elizabeth Potter, esta adequação implica em que não se ignore as políticas envolvidas nos processos de conhecimento:

[...] para ser *adequada*, uma epistemologia deve atender às maneiras complexas pelas quais os valores sociais influenciam o conhecimento, incluindo as implicações sociais e políticas discerníveis de sua própria análise. Este novo critério de adequação, é claro, torna muito mais difícil fazer uma boa epistemologia.

[...] to be *adequate*, an epistemology must attend to the complex ways in which social values influence knowledge, including the discernible social and political implications of its own analysis. This new criterion of adequacy, of course, makes it much harder to do good epistemology. (Alcoff & Potter 1993, p.13)

Segundo as autoras, não se trata de uma redução da epistemologia à política, mas da realização de um objetivo emancipatório, claramente feminista e inclusivo, que permita “a expansão da democracia na produção do conhecimento”, e que nos permita, por sua vez, uma melhor compreensão do mundo em sua pluralidade de vivências, no intuito de se “viver bem nele”. A maneira como Donna Haraway

expressa esta concordância em termos dos objetivos da epistemologia feminista deixa claro ainda uma vez o necessário entrecruzamento das áreas filosóficas em sua crítica a uma tradição epistemológica genérica e falsamente imparcial que, ao fim e ao cabo, diz ela, não se responsabiliza por injustiças cometidas em nome do “conhecimento universal”:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica. (Haraway 1995, p.15)

O projeto da epistemologia feminista começa, assim, a partir do diagnóstico de uma tradição hegemônica masculina, pela revisão crítica dos conceitos de ‘conhecimento’, ‘sujeito cognoscente’, ‘objetividade’, ‘racionalidade’, ‘justificação’, ‘metodologia científica’, ‘generalidade’, ‘universalização’, como sendo conceitos falhos e tendenciosos, em vista de uma sua reconstrução normativa, prática e ideológica que reconheça, explique e endosse a parcialidade e a contextualidade dos nossos processos de conhecimento. Algumas das questões são, portanto, velhas questões epistemológicas remodeladas e renovadas pela perspectiva de gênero – como o deveriam ser também pela perspectiva de classe, de raça, de pertença cultural e geográfica. Para citar mais uma vez Alcoff e Potter, estas são algumas das questões abertas pela epistemologia feminista na transição para uma nova compreensão filosófica da teoria do conhecimento:

Quem é o sujeito do conhecimento? Como a posição social do sujeito afeta a produção do conhecimento? Qual é o impacto sobre o conhecimento e a razão do corpo sexuado do sujeito? Todo conhecimento é exprimível em forma proposicional? Como pode a objetividade ser maximizada se reconhecemos que a perspectiva não pode ser eliminada? As perspectivas dos oprimidos são epistemicamente privilegiadas? Como as categorias sociais tais como o gênero afetam as decisões teóricas dos cientistas? Qual é o papel das ciências sociais na naturalização da epistemologia? Qual é a conexão entre conhecimento e política?

Who is the subject of knowledge? How does the social position of the subject affect the production of knowledge? What is the impact upon knowledge and reason of the subject's sexed body? Is all knowledge expressible in propositional form? How can objectivity be maximized if we recognize that perspective cannot be eliminated? Are the perspectives of the oppressed epistemically privileged? How do social categories such as gender affect

scientists' theoretical decisions? What is the role of the social sciences in the naturalization of epistemology? What is the connection between knowledge and politics? (Alcoff & Potter 1993, p.13)

As noções centrais para se começar a responder a estas perguntas em direção às abordagens mais propositivas das epistemólogas são as de 'sujeito situado' e 'conhecimento situado'. 'Situação', aqui, é a marca característica do tipo de saber resultante de todas as determinações dadas sobre o indivíduo – este saber que Haraway nomeia como 'localizado': determinações contextuais, históricas, temporais, culturais, linguísticas, políticas, éticas, sexuais, étnicas, relacionais, interacionais, subjetivas, intuitivas, emocionais. O conhecimento situado é, portanto, aquele que reflete a perspectiva específica do indivíduo – contra a pretensão de isenção e imparcialidade – e é necessariamente constituído e construído por sua complexidade de pessoa entranhada, corporalmente inclusive, num mundo contingente e habitado pela diferença. O conceito de 'gênero' é, neste caso, apenas a primeira categoria a partir da qual refletir sobre o modo como o status social do sujeito incide sobre sua aquisição, atribuição e justificação de conhecimento – é o que caracteriza, afinal, uma epistemologia como sendo “feminista”, em primeiro lugar.

Notoriamente, a situação em questão é a do sujeito em relação ao objeto de conhecimento – que pode, é claro, ser também um outro sujeito. Os traços que singularizam o modo como algo pode ser apreendido dependem, antes de mais nada, da própria localização corporal do indivíduo – tipicamente, a situação almejada pelo ideal tradicional de uma verdade pura e universal é uma visão total e “de lugar algum”, que vê tudo e nada ao mesmo tempo e que é, por isso, incapaz de perceber as coisas como elas são⁴ – e da maneira como alguns fatos (sobre estados mentais, por exemplos) são acessados privilegiadamente “em primeira pessoa”. Este conhecimento distinto de si mesmo não cabe nas caixetas da expressão proposicional do conhecimento que regulam a epistemologia impessoal canônica, sobretudo porque esta personificação do saber vem ainda matizada por emoções, atitudes, interesses, valores, crenças de fundo, visões (morais, religiosas, culturais) de mundo e relações interpessoais (apreendidas também interpretativamente) inseparáveis da compreensão do que significa ser alguém que conhece algo ou alguém a partir de uma determinada perspectiva. Finalmente, a situação singular do sujeito em relação a um objeto

⁴ Cf. Haraway para uma crítica contundente deste ideal e a favor de uma compreensão da visão como incorporada em prol de saberes localizados (Haraway 1995).

depende também de suas habilidades e práticas cognitivas (seu *know-how*), adquiridas por processos e objetivos diferentes de aprendizado, de seus estilos investigativos ou modos de representação igualmente influenciados por determinações particulares de finalidade, formação ou treinamento, e de seus distintos vínculos epistêmicos com outros sujeitos cujo conhecimento pode ser mais ou menos relevante.

A todos estes marcadores gerais da situação do sujeito cognoscente soma-se ainda a sua situação social. Neste ponto, a epistemologia feminista é também uma espécie de epistemologia social, e a análise dos processos (de acesso, expressão, padrões de justificação e de autoridade epistêmica) do conhecimento reclama a consideração das atribuições *sociais* tanto quanto *subjetivas* de identidade, pertença, relacionamentos, papéis e deveres sociais, e a maneira como estas acabam distribuindo direitos e poderes. Evidentemente, a análise da epistemologia feminista enfatiza a marcação *de gênero* na compreensão da condição e do contexto social do sujeito ao salientar aquelas qualidades que são histórica e culturalmente concebidas como “masculinas” e “femininas” na constituição de um saber generificado:⁵ papéis sociais e laborais, normas de comportamento, expectativas relativas a características psicológicas e virtudes, identificação subjetiva e performance de gênero – cuja interpretação pós-moderna da teoria feminista reforça justamente a artificialidade dos traços “masculinos” e “femininos” (Cf. Butler 2017, por exemplo) – e a projeção de representações simbólicas de gênero sobre os espaços ocupados por homens e mulheres. Ora, o resultado da conjugação de todas estas características de gênero na análise da construção dos processos de conhecimento nos leva a uma melhor compreensão dos mecanismos de exclusão das mulheres da atividade filosófica e científica, e do modo como seu saber é invalidado e deslegitimado. Se às mulheres cabe o papel da reprodução – mais do que o papel da produção⁶ – um comportamento despretensioso e recatado, devotado ao cuidado da vida e dos outros, cujas virtudes são incompatíveis com o tipo de prática desinteressada e impassível dos estudos filosóficos e científicos, às mulheres não cabe a atribuição da autoridade epistêmica necessária ao conhecimento das verdades do mundo e às mulheres não cabe fazer

⁵ A crítica ao modo como tais modelos são desde sempre construídos é uma crítica eminentemente feminista, mas que não cabe ser feita aqui. Aparentemente, o que a epistemologia feminista pretende fazer ao desconstruir os cânones falsamente neutros da teoria do conhecimento, é lidar com o que está dado até o ponto em que se possa também desconstruir os próprios modelos de gênero estabelecidos. Porque, claro, em alguns casos, falar de “conhecimento generificado” pode nos levar novamente de volta aos essencialismos e naturalizações indesejáveis já antes mencionados.

⁶ Cf. o importante trabalho de Silvia Federici (2017) a respeito desta distinção.

ciência. A compreensão desta engrenagem de afastamento e derrogação não apenas nos ajuda a explicar e a denunciar a ausência das mulheres dos campos epistemológicos, mas nos ajuda também a desconstruir o modelo hegemônico vigente e a propor, em seguida, alternativas mais inclusivas, abrangentes e condizentes com o mundo real em sua complexidade. Como destaca Ilana Löwy, as autoras que perscrutam a relação entre ciência e gênero em vista de uma epistemologia feminista deixam claro que “não há cultura fora da cultura, nem história natural fora da História”:

Essas pesquisadoras enriqueceram as reflexões sobre a história social e cultural das ciências com considerações acerca do papel central da divisão homem/mulher na constituição do saber científico. Esta é construída como uma dicotomia natural, rígida, mutuamente exclusiva e hierárquica – o princípio masculino domina sobre o princípio feminino. Dada a relevância fundamental dessa divisão em todas as sociedades humanas e a sua incorporação na cultura e na linguagem, é razoável supor que tenha influenciado a organização do conhecimento sobre o mundo natural e favorecido o desenvolvimento de visões dicotômicas e hierárquicas, apresentadas como equivalentes à “verdadeira estrutura” do mundo. (Löwy 2009, p.41)

Desde aí a necessidade de se refazer a própria metodologia epistemológica e científica, modificando certas questões clássicas da teoria do conhecimento a partir desta constatação do ‘conhecimento situado’ dado com os marcadores de gênero. Afinal, a consideração da perspectiva “feminina” até então negligenciada traz consigo uma apreensão particular da realidade e do próprio conhecimento que dilata certos conceitos, agrega novas noções e introduz imagens provisórias e alteráveis de investigação, sobretudo por tratar-se de empreitada em contínua construção – ponto que aliás desestabiliza e incomoda as antigas propostas unissonantes e homogêneas: contra a verdade pura e universal do balizamento racional e objetivo, contra a normatização e a ancoragem de uma certeza, um diálogo crítico e questionador instável e aberto. Não há, assim, um método que esteja pronto, como não há critério de normalização científica: “Não há ciência normal para nós!”, afirma Harding (1993, p.11).⁷ Eis porquê muitas das análises da epistemologia feminista oferecerem respostas ainda interinas quanto a seus próprios procedimentos. No entanto, dado o diagnóstico crítico inicial, muitas questões são de antemão esclarecedoras quantos aos possíveis caminhos a seguir, muitas delas manifestamente ligadas ao sujeito

⁷ Sobre a questão do método para Harding, conferir também: *Feminism and methodology: social science issues* (1987a) e *Is there a feminist method?* (1987b).

“generificado” de conhecimento, cuja listagem aqui não é, evidentemente, exaustiva: uma compreensão (e uma auto-compreensão) corporificada da internalização das normas e comportamentos de gênero que nos permita questionar, por exemplo, os modelos dicotômicos de leitura do mundo (mente/corpo, razão/emoção); uma investigação sobre respostas emocionais e valorativas como fontes legítimas de conhecimento da realidade e da realidade dos outros, inclusive quando estes forem objetos de pesquisa, nas ciências sociais, por exemplo; uma investigação sobre percepções, habilidades treinadas ou simbolicamente assumidas e acesso diferenciado pelo gênero a respeito dos espaços sociais ou mesmo dos espaços naturais – neste ponto, reivindica-se a superação do entendimento das competências científicas como sendo “masculinas”, já que a inabilidade de identificar-se com suas próprias funções, afirma Anderson (2017, p.6), acaba por obstaculizar a prática que se pretendia assumir; uma investigação sobre métodos alternativos de análise e discurso epistemológico e científico em direção a compreensões do mundo que possam ser não quantitativas, não competitivas e não meramente argumentativas, mas mais holísticas, mais narrativas, sintéticas, intuitivas e imaginativas e mesmo amorosas – de cuja legitimação depende o reconhecimento de estilos cognitivos plurais em conjunção com as diferentes visões de mundo, crenças e saberes daí resultantes.

Objetivamente, esse tipo de reconhecimento depende também da maneira como homens e mulheres compartilham os espaços de pesquisa, de tal forma que a comunicação e a interação do conhecimento situado venha enfim outorgar autoridade e legitimidade à experiência cognitiva das mulheres. É claro que a mera presença das mulheres não traz por si só a ressignificação das práticas⁸ – já que também as mulheres podem ser reprodutoras dos padrões masculinistas de conhecimento, como o são das diversas facetas do machismo na sociedade e na cultura, – mas uma das veias abertas pela participação feminina na reflexão epistemológica e científica é a possibilidade de que novas questões sejam introduzidas à investigação e de que as teorias possam ser avaliadas a partir de seu viés de gênero. Nesse sentido, a presença das mulheres garantiria uma maior probabilidade de que questões de seu próprio interesse fossem também contempladas e de que as teorias daí resultantes pudessem

⁸ Avaliação salientada, por exemplo, no importante trabalho de Londa Schiebinger sobre feminismo, gênero e história da ciência: “Dizer que as qualidades socializadas das mulheres mudaram a ciência não leva em conta os sucessos arduamente obtidos em vinte anos de estudos acadêmicos realizados por mulheres [women’s studies], o papel de homens feministas e muitas outras coisas (Schiebinger 2001, p.36).

ser menos sexistas. Como observa Löwy, no campo da biologia e da medicina, por exemplo, as compreensões e as prerrogativas masculinas sobre o corpo humano teriam influenciado a “determinação dos rumos e das prioridades da investigação científica: elas podem ser responsabilizadas, por exemplo, pela inexistência, durante tanto tempo, de estudos científicos sobre a contracepção” (Löwy 2009, p.41). Complementarmente, tais prerrogativas dominaram longa e continuamente a própria linguagem explicativa da ciência, e apenas recentemente a inclusão do ‘gênero’ como categoria analítica possibilitou a abertura de “toda uma série de perspectivas de pesquisa sobre um amplo leque de fenômenos reunidos na expressão ‘efeitos maternos’” (Fox Keller 2009, p.131).⁹ Ainda que se possa questionar uma nomenclatura cujo risco é o da persistência de uma nova dicotomia ou da determinação unívoca das funções femininas, o resgate das caracterizações relativas às teorias reprodutivas, por exemplo, é altamente significativo para a denúncia do viés de gênero dominante no universo das ciências biológicas. Autoras como Nancy Tuana (1989) e Emily Martin (1991) mostram o modo como uma certa concepção das mulheres como “passivas, fracas e geralmente inferiores” condiciona a linguagem científica a respeito do seu papel na reprodução, “assinalando a importação – pela literatura mais recente – de ideias tais como a passividade feminina e o heroísmo masculino para evocar a ‘personalidade dos gametas’” (Fox Keller 2009, p.130). As indagações da epistemologia feminista procedem, assim, à uma modificação do empreendimento epistemológico e científico como um todo, tanto relativamente ao peso que tem a linguagem sobre as teorias desenvolvidas quanto relativamente ao significado da própria prática investigativa “como uma atividade ‘pura’ e desencarnada, pairando sobre o alarido e a desordem do mundo real” (Löwy 2009, p.43). Ademais, esta é uma modificação mais democrática e – nas palavras de Haraway – politicamente mais responsável também por abrir-se às necessidades concretas da sociedade e incluir as pautas de indivíduos até então marginalizados por um saber supostamente universal.

Neste ponto é importante notar, porém, que as atitudes não-universalistas das epistemologias feministas, as quais têm sido salientadas aqui desde o início, não

⁹ O que a autora explica da seguinte maneira: “Estes [efeitos maternos] designam as influências de longo prazo sobre a biologia da prole – e mesmo sobre a evolução da espécie – que resultam de certos componentes genéticos (mitocôndrias) do óvulo da mãe, da fisiologia de sua gravidez ou das primeiras influências comportamentais que o recém-nascido recebe. Essas influências se manifestam na biologia da evolução, na ecologia e até na genética do desenvolvimento” (Fox Keller 2009, p.131). Cf. também Fox Keller 1995.

implicam por isso necessariamente uma adesão ao relativismo.¹⁰ Embora Löwy (2009, p.40) pareça sugerir que um “relativismo metodológico” tenha iniciado as discussões inclusivas do ‘gênero’ como dado contextual e social na reflexão sobre o fazer filosófico e científico, da afirmação do conhecimento e do sujeito *situado* não se segue que sua avaliação epistêmica só possa ser feita em seus próprios termos e a partir apenas de sua própria perspectiva subjetiva. O que está em questão, fundamentalmente, é que estas novas categorias de análise nos permitem colocar questões inauditas a respeito dos próprios conceitos envolvidos em nossas avaliações, sobretudo aqueles de ‘objetividade’, ‘racionalidade’ e ‘autoridade’. Tanto é assim, que podemos nomear as principais abordagens feministas do conhecimento situado dentro do escopo e dos critérios de certas tradições epistemológicas – as quais aparecem com mais detalhes abaixo – e que pretendem então responder a perguntas teórico-metodológicas deste tipo:

Como as reivindicações de conhecimento geradas por perspectivas generificadas estão relacionadas uma a outra? Certas perspectivas são epistemicamente privilegiadas? Existe alguma maneira de construir uma perspectiva mais objetiva a partir de perspectivas diferentemente generificas? Qual seria o ponto de se alcançar esta perspectiva?

How are the knowledge claims generated by gendered perspectives related to one another? Are certain perspectives epistemically privileged? Is there any way to construct a more objective perspective out of differently gendered perspectives? What would be the point of achieving such a perspective? (Anderson 2017, p.8)

No que se segue, eu gostaria de esboçar as abordagens mais salientes das epistemologias feministas tais como endossadas por algumas de suas autoras. A distinção proposta por Harding (1986) entre a teoria feminista da perspectiva [*feminist standpoint theory*], o pós-modernismo feminista [*feminist postmodernism*] e o empirismo feminista [*feminist empiricism*], parece ser já amplamente assumida pelas epistemólogas, embora talvez devêssemos dar algum crédito à ressalva de Janack de que “cada teórica particular poderia ter sido igualmente incluída sob uma variedade de categorias diferentes” “each particular theorist might just as well have been included under a number of different categories” (Janack 2017, p.2), algo que é corroborado pelas mais recentes intersecções entre tais tendências devido a questões

¹⁰ O artigo já mencionado de Donna Haraway é igualmente crítico ao relativismo tal como o é à pretensão de universalização: “O relativismo e a totalização são, ambos, “truques de deus”, prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência” (1995, p.24).

de cunho mais pontual e local a respeito do conhecimento generificado que independem de (e são até mesmo contrárias a) posições teóricas singulares.¹¹ Na verdade, as transições entre tradições e possíveis alternativas metodológicas apenas ratifica o caráter instável da epistemologia feminista como um campo de investigação em contínua construção, passível de revisão crítica e aberto a uma pluralidade de visões cooperativas.

Teoria feminista da perspectiva [*feminist standpoint theory*]

Associando elementos hegelianos e marxistas ao conceito de ‘gênero’ como categoria privilegiada de análise do conhecimento situado, Nancy Hartsock (1987) é quem primeiro deriva das especificações epistemológicas gerais desta abordagem uma reivindicação quanto à superioridade da visão das mulheres para a compreensão das teorias e assunções implícita ou explicitamente sexistas, classistas e – ainda – capitalistas. A autoridade epistêmica sobre a representação da realidade é outorgada a indivíduos ou grupos socialmente subordinados aos distintos, mas interligados, sistemas de opressão, a partir dos quais se esclarecem as principais características das desigualdades e injustiças aí experienciadas: o seu conhecimento do funcionamento da sociedade e das relações de gênero que a permeiam seria mais profundo, mais específico, preciso e fidedigno relativamente ao caráter contingente – e não, portanto, natural ou inevitável – de sua condição; além disso, os seus interesses por justiça social coincidiriam verdadeiramente com interesses humanos universais – contrariamente à alegação de universalidade da classe branca, masculina, privilegiada, da epistemologia canônica.

Como os objetivos (sobretudo pragmáticos e políticos) da teoria feminista da perspectiva devem servir a uma percepção do mundo social que permita aos indivíduos compreender suas relações de opressão em seus diversos aspectos em vista de sua emancipação e reconstrução das “teias da vida”¹², este projeto epistemológico baseia-se em alguns traços do conhecimento situado que justificam os seus modos de acesso e sua autoridade epistêmica: de acordo com Hartsock e Rose (1987), por exemplo, é central para o sistema capitalista de produção que as mulheres atendam à

¹¹ Cf. por exemplo: Harding 1998, Collins 1990 e 1996, Hartsock 1996, Wylie 2003, Solomon 2009, Intemann 2010.

¹² Nas palavras de Alcoff e Potter: “(...) desfazer a rede de opressões e redefinir a teia da vida” “to unmake the web of oppressions and rewave the web of life” (Alcoff & Potter 1993, p.4).

reprodução e aos cuidados da vida, o que lhes dá uma perspectiva privilegiada desde a qual observar os mais desatendidos pela opressão do patriarcado (mulheres, crianças, idosos, incapacitados); ao mesmo tempo, o conhecimento que as mulheres têm dos papéis ideológicos a elas destinados pode ser compartilhado coletivamente, e a compreensão conjunta de si como grupo subordinado a uma certa imagem (objetificada) pode servir de base para ações de emancipação. Isso significa fazer uso da perspectiva da opressão a seu próprio favor, identificando os espaços de confinamento e exclusão como pontos privilegiados a partir dos quais compreender e avaliar o opressor e o oprimido – aquilo que DuBois há tempos já chamava de uma “consciência bifurcada”, reafirmada por Patricia Hill Collins (1990) entre outras feministas negras; mas isso significa também fazer uso das representações dicotômicas de comportamento construídas sobre as teorias psicológicas das relações objetais e sobre procedimentos pedagógicos que continuam engessando supostos estilos cognitivos diferenciados e suas consequentes divisões de trabalho em “masculino” e “feminino”, para afirmar a superioridade epistêmica dos modos de conhecimentos das mulheres – uma superioridade avaliada também politicamente contra a lógica do patriarcado capitalista, já que o conhecimento para as mulheres envolve corporeidade, emoção, engajamento relacional e cuidado, posição que desbanca a própria dicotomia “between the subject and object of knowing and because an ethic of care is superior to an ethic of domination” (Anderson 2017, p.10).

Evidentemente, a compreensão do próprio indivíduo como privilegiadamente posicionado numa certa perspectiva – ou bem, como alinhado com a teoria feminista da perspectiva – não é algo “gratuito” e espontâneo, mas adquirido através de reflexão crítica. “Ser mulher” não parece por si só ser suficiente para que se possa visualizar todos os meandros do universo da opressão masculina no intuito de se alcançar aqueles objetivos práticos e políticos concretos de libertação via construção epistemológica – por mais que o seu conhecimento situado lhe conceda um ponto de partida para uma futura expressão de justificação. No entanto, como observa Anderson, a perspectiva privilegiada não parece ser a da mulher, senão aquela da *feminista*. E é por isso que Catherine MacKinnon (1999) insiste na necessidade de grupos de conscientização em nossas práticas feministas: é apenas com a conquista de um entendimento compartilhado, de uma consciência coletiva, do seu papel na

sociedade, que a representação de um ponto de vista privilegiado sobre o mundo patriarcal pode ser profícuo para as mulheres.¹³

Pós-modernismo feminista [*feminist postmodernism*]

A ênfase dada à linguagem é talvez o traço mais marcante do feminismo pós-modernista, cujas influências derivam sobretudo de uma tradição francesa pós-estruturalista. É talvez a epistemologia que mais endossa, movendo-se aí confortavelmente, aquele aspecto da instabilidade e da incerteza característico das novas categorias de análise sobre a apreensão da realidade, reiterando a provisoriidade da própria linguagem e de nossos sistemas de pensamento. “Realidade”, aqui, é o que discursivamente se constrói, e não são apenas os conceitos que constituem um sistema holístico de significados inter-referenciais, mas também ações, comportamentos e práticas sociais. Neste sentido, obviamente não há qualquer coisa que sirva como referência pré-linguística, seja uma realidade externa fixa, seja uma natureza humana essencial que viesse justificar a atribuição de um saber racional, necessário e objetivo, válido independentemente da localidade e parcialidade do sujeitos cognoscentes. Do caráter mutável dos significados – das nossas palavras e das nossas ações – segue-se a contestabilidade de toda e qualquer condição imposta por nossos sistemas supostamente “meta-narrativos”, os quais não passam, na verdade, de um exercício de poder que outorga legitimidade àquelas manifestações condizentes com as pretensões vigentes de unidade e universalidade. Aí inclusa está nossa própria condição identitária.

Evidentemente, tudo isso incide sobre o ‘gênero’ através de uma crítica contundente às práticas sexistas cuja naturalização e fixidez do sexo e da binaridade engendra e desde aí justifica a dominação. Entretanto, o pós-modernismo permite igualmente que se responda às exclusões perpetradas pelas próprias teorias feministas hegemônicas, ainda dicotômicas e indiferentes às questões interseccionais – aos marcadores sociais plurais de identidade. Patricia Hill Collins e Audre Lorde (1984) já haviam chamado a atenção para a cor, a raça e a lesbianidade como estando

¹³ Como a citação de Anderson deixou claro acima, uma perspectiva ligada de modo conservador ao cuidado e ao “mundo das mulheres” pode ser criticada, novamente, pelos riscos de engessamento nos supostos papéis femininos. Críticas semelhantes são feitas a MacKinnon a respeito de sua posição em ética e filosofia política.

ausentes das teorias feministas levadas a cabo pelas teóricas brancas de classe média. Mas é sobretudo com Judith Butler (2017) que a ideia do gênero como social e discursivamente construído resulta também no questionamento da própria categoria ‘mulher’, e na possibilidade de uma compreensão mais porosa de sexo e gênero e de suas múltiplas determinações sociais, políticas e linguísticas incessantemente cambiantes. Daí, igualmente, a possibilidade de que tais ordens assim construídas possam ser subvertidas e, indubitavelmente, resignificadas. Afinal, se nossos comportamentos e práticas não passam de instâncias performativas auto-referenciais, paródia, ironia e desempenho exagerado podem ser política e socialmente libertadores ao perturbar conceitos e gestos convencionais supostamente rígidos, e ao objetar ao essencialismo entranhado na própria prática feminista.

A crítica ao conceito ‘mulher’ tal como destacada por Butler, Jane Flax (1992), Maria Lugones e Elizabeth Spelman (1983, 1988), entre outras, enfatiza justamente o caráter essencialista das teorias de gênero e das lutas políticas feministas que acabam por endossar uma categoria normativa em detrimento de outros arranjos identitários, ignorando o caráter histórico e localizado de sua significação. Neste sentido, a advertência em curso visa toda e qualquer afirmação universal a respeito das ‘mulheres’, e clama por uma consideração interseccional plural das identidades de gênero. Ademais, se a categoria ‘mulher’ não pode ser objeto unificado de investigação ontológica e epistemológica, ela também não pode constituir um sujeito singular de conhecimento – tal como pretenderia a teoria feminista da perspectiva vista acima, por exemplo, ou até mesmo uma teoria feminista privilegiadamente negra. A demanda, neste caso, é por uma mudança incessante de perspectivas assumidas em nome da própria pluralidade epistêmica. O foco de Donna Haraway, por exemplo, é que esta pluralidade e esta reivindicação de localização constantemente contingente e a cada vez específica desbanquem uma postura típica da epistemologia tradicional como dada abstratamente “desde lugar algum”, em prol de uma atitude que seja ao mesmo tempo crítica e responsável – afinal, a capacidade de ver a realidade a partir de várias diferentes perspectivas também nos possibilita compreender melhor representações construídas de modo mais ou menos privilegiado ou mais ou menos opressor. Nas palavras de Haraway:

Vinculado a essa suspeita [da teoria da perspectiva dos subjugados], este texto é um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto,

irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas. (Haraway 1995, p.22)

Neste sentido, a postura pós-modernista insiste não apenas em negar o critério objetivista do conhecimento, como também a fixidez própria do relativismo sobre uma dada cultura ou uma dada identidade de gênero ou de raça.

Empirismo feminista [*feminist empiricism*]

O projeto de uma epistemologia naturalizada deve sobretudo a Quine o seu desenvolvimento, e o empirismo feminista deriva suas considerações desta compreensão quineana da experiência, da observação e da epistemologia como elas mesmas já teoricamente carregadas e sujeitas à revisão em suas bases investigativas. No entanto, as epistemólogas empiristas não endossam uma naturalização que se dê em termos reducionistas – seja à ciência ou qualquer outra disciplina – e não aceitam a distinção enfática entre fatos e valores. Estes são dois pontos relacionados que encaminham a discussão para a compreensão dos modos de produção do conhecimento. Em primeiro lugar, trata-se de salientar o aspecto social e político da investigação científica, o fato de que os valores e preconceitos da sociedade incidem sobre os procedimentos dos pesquisadores enviesando suas conclusões, mas também os seus objetivos iniciais. Ao compreender tal incidência como inescapável, a epistemologia feminista não busca refugiar-se em qualquer tipo de individualismo neutro em prol de uma suposta objetividade imaculada, mas notabiliza justamente a abertura das práticas investigativas às influências sociais diversas que devem servir continuamente ao propósito da revisão e da reconstrução destas práticas. Daí a assunção a uma “epistemologia socializada” e à compreensão do conhecimento como um processo socialmente construído no qual o sujeito do conhecimento pode ser a própria comunidade – ou grupos humanos específicos. Daí igualmente a importância da interação entre as ciências e os estudos sociais e históricos em vista da compreensão dos efeitos dos padrões sociais sobre o próprio fazer epistemológico.¹⁴

¹⁴ Nelson, Potter e Addelson enfatizam uma naturalização neste termos, e a primeira traça o diagnóstico de que nenhuma ciência empírica constitui hoje uma base adequada para a epistemologia feminista, por mais que a naturalização daí adviesse. “Addelson looks to interactionist sociology as a science of human groups to provide methods and theoretical tools for exploring the current production of

Tudo isso se dá no bojo de uma crítica ao caráter androcêntrico e sexista de nossas práticas epistemológicas e científicas e à distinção contundente entre fatos e valores, mas que não resulta, no entanto, na conclusão de que todo viés é epistemicamente ruim (Antony 1993). Para as epistemólogas, a denúncia do viés sexista e a inclusão dos valores feministas visam, na verdade, o aperfeiçoamento do fazer metodológico científico.

Uma maneira de se compreender tal aperfeiçoamento, segundo Longino (2001), é reconhecer o caráter procedural da investigação epistemológica e científica que depende do exame e da verificação adequada de uma organização social de pesquisa – o que reitera novamente o elemento da comunidade epistêmica como sujeito primordial do conhecimento: “A social organization that holds people with different biases accountable to one another will be able to weed out bad biases, even if no individual on her own can be free of bias” (Anderson 2017, p.16). De um ponto de vista pragmático, isso também significa reconhecer a pluralidade de objetivos a que servem as investigações que almejam um certo entendimento da “verdade”, já que esta está necessariamente imbricada com preocupações e vantagens sociais, morais e políticas. Uma pluralidade de objetivos reflete uma pluralidade de valores e o aperfeiçoamento reside, então, justamente, numa verificação responsável dos elementos que informam os primeiros em vista dos segundos.

A dissolução da dicotomia entre fatos e valores permite à epistemologia empirista argumentar a favor dos valores feministas como legitimamente informativos relativamente aos objetivos e interesses (das mulheres e de outras classes oprimidas) até então ausentes da tradição epistemológica e científica, bem como legitimamente conducentes à verdade, sobretudo devido à compreensão do processo de conhecimento como continuamente passíveis de revisão pela comunidade epistêmica em seu conjunto, tornada responsável pelo favorecimento de certos valores sociais e políticos em detrimento de outros – cujo resultado é sempre a exclusão de valores, interesses e indivíduos não pertencentes à compreensão canônica do conhecimento.

À guisa de conclusão

knowledge, whereas sociology of an ethnomethodological bent and social history offer Potter the means to explore scientific knowledge production, especially that of the past” (Alcoof & Potter 1993, p.10).

Este texto é evidentemente insuficiente para abarcar as diversas particularidades das epistemologias feministas e não tem a pretensão senão de introduzir a temática no âmbito específico da filosofia ao reivindicar a sua legitimidade enquanto domínio de uma *filosofia feminista*. Muita coisa fica de fora quando o propósito é uma apresentação em espaço limitado e um aporte crítico sobre as versões possíveis da epistemologia feminista seria tão interessante quanto as respectivas defesas empreendidas pelas autoras aqui mencionadas. Poderíamos ainda incluir outros tópicos mais pontuais a respeito da epistemologia da virtude, epistemologias da ignorância, sobre injustiça epistêmica e autoridade epistêmica, bem como sobre as diferentes abordagens críticas ao conceito de objetividade, por exemplo. Em filosofia da ciência, mais especificamente, poderíamos também explorar as alternativas em prol de uma investigação carregada de valor. E embora os principais nomes figurem nesta bibliografia, estou ciente das lacunas e omissões nas quais indubitavelmente incorri.

O subsequente desenvolvimento do tema fica, contudo, para uma outra empreitada. Espera-se que até lá a filosofia feminista tenha aberto espaço suficiente para epistemólogas brasileiras ou amefricanas cujas contribuições possam trazer luz para nossos próprios contextos filosófico-acadêmicos particulares – assim como sobre nossas ausências e nossos silêncios.

Referências

- Addelson, Kathryn Pyne. “Knower/Doers and their moral problems”. In: Alcoff, Linda e Potter, Elisabeth (orgs.). *Feminist Epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.
- Alcoff, Linda e Potter, Elisabeth. *Feminist Epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.
- Anderson, Elizabeth. ‘Feminist Epistemology and philosophy of science’. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/feminism-epistemology/>
- Antony, Louise. “Quine as feminist: The radical import of naturalized epistemology. In: Antony, L. e Witt, Charlotte (orgs.). *A mind of one’s own*. Boulder: Westview Press, 1993.

- Araújo, Carolina. Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil – 2015. São Paulo: ANPOF, 2016, disponível em http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf
- Butler, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 13ª ed. Rio de Janeiro, 2017.
- Collins, Patricia Hill. *Black feminist thought*. Boston: Unwin Hyman, 1990.
- Collins, Patricia Hill. ‘Comment on Hekman’s “Truth and method”: Where’s the power?’. *Signs*, 22, 1996, pp.375-381.
- Federici, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- Flax, J. “Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista”. In: Hollanda, H. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- Fox Keller, Evelyn. ‘Linguagem científica (sexuação da)’. *Dicionário crítico do feminismo*. Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp.129-132.
- Fox Keller, Evelyn. *Refiguring life: Metaphors of Twentieth Century Biology*. Columbia University Press, 1995.
- Gonzales, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade.” *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro (92/93): 69-82, jan./jun. 1988.
- Gonzales, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, pp.223-244, 1984.
- Haraway, Donna. ‘Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial’. *Cadernos Pagu* (5), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-42.
- Harding, Sandra. ‘A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.’ *Revista Estudos Feministas* 1 (1), 1993, pp.7-31.
- Harding, Sandra (Ed.). *Feminism and methodology: Social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987a.
- Harding, Sandra. *Is science multicultural?: Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- Harding, Sandra. “Is there a feminist method?” In: *Feminism and methodology: Social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987b.
- Harding, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

- Hartsock, Nancy. 'Comment on Hekman's "Truth and method": Truth or justice'. *Signs*, 22, 1996, pp.367-73.
- Hartsock, Nancy. "The feminist standpoint: Developing the ground for a specifically feminist historical materialism". In *Feminism and methodology: Social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- Intemann, Kristen. '25 years of feminist empiricism and standpoint theory: Where are we now?' *Hypatia*, 25 (4), 2010, pp.778-796.
- Janack, Marianne. 'Feminist Epistemology'. *The Internet Encyclopedia of Philosophy*, ISSN 2161-0002, <http://www.iep.utm.edu/fem-epis/2017>.
- Lauretis, Teresa de. "Upping the anti (*sic*) in feminist theory". In During, Simon. (ed.) *The Cultural Studies reader*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- Louro, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- Longino, Helen. *The fate of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- Lorde, Audre. *Sister Outsider*. Trumansburg: Crossing Press, 1984.
- Löwy, Ilana. 'Ciências e gênero'. *Dicionário crítico do feminismo*. Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp.40-44.
- Lugones, Maria e Spelman, Elizabeth. 'Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism, and the demand for "the woman's voice?"' *Women's Studies International Forum*, 6, 1983, pp. 573-581.
- MacKinnon, Catherine. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- Martin, Emily. 'The egg and the sperm: How science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles'. *Signs*, n.16 (3), 1991, pp.485-501.
- Perrot, M. *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris: Rivage, 1984.
- Potter, Elizabeth. "Gender and epistemic negotiation". In: Alcoff, Linda e Potter, Elisabeth (orgs.). *Feminist Epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.
- Rago, Margareth. "Epistemologia Feminista, Gênero e História". In: *Masculino, feminino, plural*. Pedro, J.M. e Grossi, M. (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

- Rose, Hilary. "Hand, brain and heart: A feminist epistemology for the natural sciences". In: *Sex and Scientific inquiry*. Harding, S. e O'Barr, J. (orgs.). Chicago: Chicago University Press, 1987.
- Santos, Boaventura de Souza; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.
- Schiebinger, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP, EDUSC, 2001.
- Scott, Joan. 1991. 'Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica.' *Educação e Realidade*, v.16, 1991, p.5-22.
- Solomon, Miriam. 'Standpoint and creativity'. *Hypatia*, 24 (4), 2009, pp.226-37.
- Spelman, Elizabeth. *Inessential woman*. Boston: Beacon Press, 1988.
- Tuana, Nancy (Ed.). *Feminism and science*. Bloomington, Indiana University Press, 1989.
- Wylie, Alison. "Why standpoint matters". In: *Science and other cultures*. Figueroa, R. e Harding, S. (orgs.), New York: Routledge, 2003.